



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0529/08	DATA: 29/04/2008
INÍCIO: 11h09min	TÉRMINO: 11h48min	DURAÇÃO: 00h39min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h39min	PÁGINAS: 21	QUARTOS: 8

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANA MARIA DIAS RODRIGUES – Auxiliar de Secretaria da 3ª Vara Criminal de Abaetetuba, Estado do Pará.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Apreciação de requerimento.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos; a permanência de encarcerados que já cumpriram pena; a violência dentro das instituições do sistema carcerário; a corrupção; o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Tendo sido distribuídas as cópias das atas da 28ª, 29ª e 30ª reunião a todos os Srs. Deputados, indago da necessidade da leitura das mesmas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Fica dispensada a leitura das atas, a pedido do nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para colher informações da servidora Ana Maria Dias Rodrigues, Auxiliar de Secretaria da Terceira Vara Criminal de Abaetetuba, Estado do Pará.

Pediria à Sra. Ana Maria que prestasse o juramento constitucional. *(Pausa.)*

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Termo de Juramento em CPI. Juro, sob a minha palavra de honra, dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Dando prosseguimento, informo ao Plenário que o Sr. Relator terá o tempo necessário para formular as perguntas que julgar pertinentes à instrução do objeto da Comissão. Posteriormente, os Parlamentares, nos termos do art. 256, §5º, terão o tempo de 5 minutos para perguntas, dispondo o interpelado de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Solicito aos Srs. Parlamentares que queiram participar dos debates que façam a sua inscrição junto à Secretaria.



Dando continuidade, passo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa e assessoria aqui presente.

Sra. Ana Maria Dias Rodrigues, a senhora está sendo convocada nesta Comissão a respeito do episódio ocorrido lá na Comarca de Abaetetuba. Pergunto a senhora: qual é a sua função na Comarca de Abaetetuba?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Eu trabalho na Secretaria da Terceira Vara Criminal, e a minha função lá é auxiliar de Secretaria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA- Há quanto tempo a senhora trabalha nessa função?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Quatorze anos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quatorze anos. Quem é o seu superior hierárquico imediato?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Na Secretaria, o Sr. Graciliano Chaves da Mota.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Além da senhora, trabalha mais algum outro serventuário?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim. Uma auxiliar, que é cedida da Prefeitura, e mais outro, que trabalha na Vara de Execuções Penais, que é o João Carlos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nesses 14 anos, a senhora responde a algum processo disciplinar?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A algum processo criminal?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que a senhora sabe a respeito do ocorrido lá em Abaetetuba? Eu tenho certeza de que a senhora já tem pleno conhecimento, diante da repercussão que houve na imprensa, de depoimentos que a senhora já prestou perante a Corregedoria, perante o processo disciplinar que foi instaurado para apurar os fatos. O que a senhora tem a dizer desse episódio



envolvendo a prisão de uma menor lá na comarca e dos ofícios, declarações, certidões encaminhadas para o Corregedor Constantino?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - O que eu posso informar, do que eu tenho conhecimento, é referente ao ofício que foi elaborado dentro da Secretaria por mim, juntamente com a Dra. Clarice e o Graciliano, e sobre a certidão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora... Do ofício que foi encaminhado para o Dr. Constantino, a senhora sabe a data? Sabe o teor dele?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - O ofício que foi encaminhado à delegacia foi recebido dia 7 de novembro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quem recebeu o ofício?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Fui eu. Foi dada entrada no protocolo e foi repassado para mim, porque no momento o Sr. Graciliano não estava na Secretaria. E eu o recebi. Mas, logo após, logo que ele adentrou na Secretaria, eu o repassei e informei que era um ofício com urgência, que tinha que ser encaminhado para o gabinete. Foi o que ele fez. Repassei para ele; ele recebeu e encaminhou para o gabinete.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, a senhora... O ofício foi protocolado dia 7...

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora é que estava, no momento, na Secretaria...

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Sr. Graciliano não estava?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quando ele chegou, a senhora repassou a ele?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe o que ele fez com esse ofício?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Ele recebeu e saiu, como eu orientei: "*Graciliano, esse documento é de urgência.*" Ele recebeu e saiu. E encaminhou para o gabinete.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Para a juíza?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quando voltou, ele falou alguma coisa para a senhora?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E, depois do dia 7, o que a senhora sabe do que ocorreu com esse ofício?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Depois do dia 7, esse ofício... Eu só vim rever ele novamente no dia 20. Foi quando ele entrou, eu estava trabalhando normalmente, e pediu que eu providenciasse o ofício para solicitar a transferência da menina. Eu comecei a elaborar porque eu já tinha um modelo ali, padrão. E comecei a fazer. Aí, logo após, a Dra. Clarice entrou na sala para ver se eu já estava providenciando, porque ela estava com uma certa urgência de encaminhar. Então, ela leu — ainda estava na tela do computador — e pediu para eu alterar só a parte final, que eu mudei, e a data.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, a senhora confirma que a Dra. Clarice saiu do seu gabinete, foi até ao seu local de trabalho...

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora estava terminando de redigir o ofício, e ela ditou a última parte do ofício?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - É. Ela só mandou eu tirar uma parte que já existia lá e colocar: “(...) *conforme solicitação do Superintendente*”. E a data ela pediu para eu alterar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, a Dra. Clarice incluiu essa frase: “(...) *conforme solicitação do Superintendente*”?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Do Superintendente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E a data? Estava que data?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Era do dia 20, que eu estava preparando. E ela pediu para eu mudar a data.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ela mandou botar, alterar a data para que dia?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Dia 7...



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dia 7?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Dia 7 ou dia 8, não me recordo direito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas a senhora se lembra que a data do dia 20, que a senhora estava colocando, foi alterada para trás, a pedido da Dra. Clarice?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - É, uma data retroativa. A data do recebimento do ofício no protocolo e repassada para a Secretaria no dia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nesse momento em que ela pediu para a senhora alterar a data, estavam a senhora, o Sr. Graciliano e quem mais?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - A auxiliar Orcilene e o estagiário Renato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Todos esses 2 presenciaram ela fazer esse pedido?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Foi. Eles presenciaram.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Aí a senhora atendeu à Juíza e imprimiu?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Imprimi. Ela leu novamente, assinou e saiu — ela e o Sr. Graciliano, da Secretaria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Juíza assinou na sua frente, com a data do dia 7 ou dia 8?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E logo após a assinatura, entregou para o Sr. Graciliano?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não, eles saíram juntos. Ela saiu com o ofício em mãos, e eles saíram juntos da Secretaria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sim. Depois desse fato, dia 20, que a senhora digitou o ofício, pegando já um modelo que estava no computador, depois chegou a Juíza, pediu para alterar a data e incluir uma expressão, houve algum acontecimento relevante sobre esse fato? A Juíza voltou a falar com a senhora?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não, não.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ninguém mais?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Sr. Graciliano voltou a falar com a senhora?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não. Depois disso, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora conhece a D. Maria de Lourdes?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Conheço.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe se ela teve algum tipo de participação nesses fatos?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre a certidão que foi colocada, do dia 8, depois houve uma rasura para o dia 7; a senhora sabe quem foi que deu essa certidão?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Essa certidão foi logo após que foi feito esse ofício, não sei se foi dia 21 ou 22. Meu horário normal de trabalho é das 8h às 14h. Eu tive que sair para almoçar e, quando eu retornei, já tinha lá um recado do Sr. Graciliano, dizendo que eu tinha que digitar um rascunho de uma certidão que estava lá na minha mesa, que era referente... Informando que tinha sido passado um fax de um ofício que tinha solicitado a transferência. E eu comecei a fazer. O Sr. Graciliano já não estava lá, só tinha deixado o recado. Eu comecei a fazer lá, aguardando ele. Então, a Dra. Clarice começou a ligar para o gabinete dela, para a Secretária, pedindo para que eu tentasse entrar em contato com o Graciliano, que ele tinha que retornar logo, para assinar a certidão que ela precisava encaminhar para a Corregedoria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso foi dia 21?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - É, 21 ou 22. Foi logo após essa... a expedição desse ofício.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, a senhora está confirmando à Comissão que no dia 21 a Juíza Dra. Clarice comunicou-se com a senhora para que a senhora localizasse o Sr. Graciliano.



A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - É. Foi, ela interfonou várias vezes, pedindo para eu localizar o Sr. Graciliano.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que era com o objetivo de...?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Assinar a certidão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Assinar a certidão. A certidão foi a senhora que bateu novamente?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - É. Eu digitei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quem... A senhora digitou a certidão. Quem foi que elaborou os termos da certidão?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - O rascunho, conforme o Graciliano me repassou, foi ditado por ela, e ele tinha deixado para lá. Nós fizemos, assim, várias alterações na certidão, porque estava praticamente quase um caderno a folha. Aí, depois de muita insistência, ela ligando, pedindo para localizá-lo, eu tentei entrar em contato com ele e pedi para ele vir logo porque ela precisava que ele assinasse a certidão. Depois que ele compareceu, aí nós sentamos lado a lado para tentar fazer aquela certidão, e, assim, tentando, de uma forma ou de outra, assim, organizar aquele teor que ela queria que nós fizéssemos. Depois, eu sentei com ele, já estava já... já um pouco chateada pela situação de ela estar insistindo que assinasse, e conversei com ele a respeito, se aquilo que nós estávamos fazendo não iria prejudicar ali. Ele assinando aquilo ali, que não era verdadeiro. Então, pedi para ele que ele ligasse ou fosse conversar com a Dra. Clarice, para ver se a gente deixava de fazer aquela certidão. Aí ele ligou, pediu para que ela comparecesse lá na Secretaria para conversar. Ela foi lá, e ele falou: *“Doutora, essa certidão aqui, a senhora sabe que esse fax não foi passado, eu vou assinar. Isso não vai me prejudicar?”* Ela disse: *“Não, Sr. Graciliano, assine, porque já está os carimbos, está tudo... a Dona Lourdes já carimbou, já confirmou aqui que não foi confirmado, mas foi passado. Assine, que eu só quero que o senhor assine para juntar num documento que eu tenho que encaminhar para a Corregedoria.”* Aí eu imprimi, o Sr. Graciliano assinou, e ela levou a certidão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora se lembra quantas vezes a Juíza ligou para o seu... para o telefone da Secretaria pedindo que a senhora localizasse o Sr. Graciliano?



A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Mais de 3 vezes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mais de 3 vezes.

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Porque ele demorou a voltar, assim. Era assim uma forma de ele não querer assinar aquela certidão. Ele queria tentar ver se conseguia fazer com que ela esquecesse que ele fizesse aquela certidão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora acha.. considera que o atraso do Sr. Graciliano de não ir trabalhar na parte da manhã...

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Da tarde. Era na parte da tarde.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... da tarde, era para não assinar a certidão.

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - É, ele estava evitando.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe se a Juíza pressionou o Sr. Graciliano para convencê-lo a assinar?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - É, assim, devido à insistência dela, ligava para mim que eu ligasse para ele. Eu liguei para ele uma duas ou mais, ou 3 vezes, para que ele viesse para assinar aquela certidão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Sra. Lourdes declarou aqui na Comissão que a certidão teria sido feita pelo Sr. Graciliano, e que ela, ao chegar no gabinete da Juíza, o Sr. Graciliano que estava com a certidão. A senhora considera que a Sra. Lourdes faltou com a verdade aqui?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não sei lhe informar referente a isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tudo o que a senhora está declarando aqui a senhora declarou perante o Dr. Constantino?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E no processo administrativo?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, o que a Comissão precisava obter do depoimento da Sra. Ana Dias era justamente sobre a questão do ofício e sobre a participação da Juíza, porque houve contradições entre o depoimento do Sr. Graciliano e da Sra. Ana Dias... a Sra. Maria de Lourdes. A Sra.



Ana Dias está afirmando que a Juíza foi ao gabinete da Terceira Vara, ajudou a redigir a declaração e determinou que ela alterasse a data da certidão do dia 20 para o dia 7, ou dia 8 — ela não se lembra ao certo quais dos 2 dias. Portanto, para a relatoria, já está mais do que clara a participação de cada servidor e da Juíza nos fatos.

Portanto, da parte da relatoria, não há mais necessidade de fazer nenhuma indagação, e também porque o depoimento dela está relatado no voto do Desembargador-Corregedor, Dr. Constantino, está consignado nas declarações que ela prestou no inquérito administrativo. Eu, por enquanto, fico satisfeito e me reservo o direito de voltar a fazer alguma indagação, se assim for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Dando continuidade, convido o Deputado Airton Xerez para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO AIRTON XEREZ - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhores da Mesa.

Sr. Presidente, a persistência com que esta Comissão Parlamentar de Inquérito busca averiguar a verdade dos fatos nesse triste episódio de Abaetetuba se constitui num dos pontos mais importantes do trabalho parlamentar que esta Comissão vem desenvolvendo. Porque diariamente são inúmeras e inúmeros os atentados contra os direitos individuais de cada detento, a tal ponto que seria muito fácil passar por cima disso e entender que as coisas são assim mesmo, no Brasil é tudo assim. E nós sabemos que as coisas não se passam dessa forma.

Portanto, eu quero, neste momento, cumprimentar V.Exa., o Deputado Domingos Dutra, o Deputado Relator, que vem demonstrando, vem perseguindo com muita tenacidade a verdade, essa verdade que nós buscamos e que é tão importante. Que certamente esse caso de Abaetetuba venha a se tornar paradigmático também para o equacionamento, para a devida apuração das responsabilidades, responsabilidades que vão desde a magistratura até o agente presidiário. Nós sabemos disso. Responsabilidades gerais. E que nós consigamos, através desse empenho do Deputado Relator, mostrar a verdade e punir os responsáveis por essa atrocidade que foi cometida.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Com a palavra o nobre Relator, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria perguntar à depoente: a senhora tem conhecimento de que o Sr. Graciliano ameaçou alguma vez a Sra. Maria de Lourdes?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora poderia falar mais próximo?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem conhecimento se o Sr. Graciliano tem algum envolvimento com tráfico de drogas?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Após o depoimento da Sra. Maria de Lourdes e do Sr. Graciliano, houve alguma tentativa de coação à senhora ou algum fato estranho na comarca?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem conhecimento de que o Vice-Diretor da Penitenciária, Sr. Antenorgênio Monteiro Rodrigues, esteve com a Juíza antes de a imprensa divulgar a existência da menor presa?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Tenho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que a senhora sabe sobre essa visita do Sr. Antenogênio?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Foi num dia que estava havendo mutirão de presos, dia 13, eu acho. Ele...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Treze de?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Novembro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Novembro.

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Ele compareceu na Secretaria. Começamos a conversar lá, que ele tinha ido lá falar a respeito da menina que estava na delegacia, que ele foi conversar com ela a respeito da transferência. Foi só isso que ele na hora ele comentou comigo.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Com a senhora? A senhora sabe se ele esteve com a Juíza naquele dia?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Ele apenas me falou que tinha ido lá conversar com ela a respeito da transferência da menina. Agora, não sei se ele, na hora, tinha vindo do gabinete ou se ele ainda ia para o gabinete.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas ele confirmou para a senhora, dia 13, que ele estava ali para falar com a Juíza...

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ...para tratar do assunto da menor, da mulher que estava presa?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - É, que ele soube que tinha uma menina presa na delegacia e ele estava providenciando a transferência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora também sabe se o Delegado Antônio Fernando ligou para o gabinete da Juíza a respeito do mesmo assunto?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não, isso aí eu não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora teve conhecimento de que havia uma mulher presa na delegacia de Abaetetuba antes da imprensa fazer a divulgação do fato?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Tinha conhecimento, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tinha conhecimento.

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só tem uma delegacia de polícia em Abaetetuba?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A delegacia é próxima do fórum.

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - É um pouco. É.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, a senhora sabia que tinha uma mulher na delegacia.

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora chegou a ver essa mulher — até aquele momento não se sabia se era menor —, a senhora chegou a ver essa mulher no fórum alguma vez?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim, foi em outro mutirão em que ela foi presa. E nesse mutirão, ela foi liberada novamente em audiência, que a Dra. Clarice fazia uma seleção de presas, e todos iam lá perante ela, fazia aquela audiência, ela concedia o benefício de liberdade provisória. Nesse dia, ela saiu e aí, novamente, ela foi presa depois.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas a senhora chegou a ver essa mulher?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Cheguei, porque, assim, ela liberava, então, tinha que prestar o termo de compromisso. Então, eles compareciam na Secretaria apenas para assinar o alvará de soltura e o termo de compromisso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora poderia descrever a estrutura física dessa mulher? No momento era uma mulher apenas.

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Isso. Acho que tinha uma estatura baixa, magra. Eu não lembro, assim, porque já faz tempo. Eu não lembro, não sou de gravar também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas era bem pequena, baixa, magra?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Acho que um pouco menor do que eu — porque eu sou baixa. Um pouco menor do que eu, magra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dava para perceber pela estrutura física daquela mulher, naquele momento, dava para pelo menos ter uma dúvida de que ela era poderia ser menor.?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não, eu não prestei atenção nisso, nesse fato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quando o preso é liberado... Nesse caso, a Juíza fazia o mutirão, determinava a soltura, e o preso ia até a Secretaria para pegar o alvará. Não é obrigatório pegar os dados: idade, estado civil?



A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Nós tirávamos do processo. O processo tinha os dados, data de nascimento, filiação, então, eram extraídos de lá os dados da pessoa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora Ana Lourdes responde a processo?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ela voltou a trabalhar?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim, já está...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A partir de quando ?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Foi agora, logo depois que terminou o prazo do afastamento deles. Eles retornaram novamente às suas funções.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Todos 2?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Todos 2.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dona Ana Lourdes e o Sr. Graciliano?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tomou conhecimento de que o Tribunal de Justiça do Pará decidiu por não abrir processo disciplinar para apurar os fatos em relação à Juíza?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - É , através de jornal, nós soubemos disso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora responde se quiser: o que a senhora achou dessa decisão, diante dos fatos que ocorreram?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Eu prefiro não me manifestar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você acha de quem é a responsabilidade por ter mantido aquela menor presa por tanto tempo?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Também me isento de responder.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Da delegacia?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Do Promotor?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não sei.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Da Defensoria Pública?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Do Juiz?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ou do carcereiro?

A SRA. ANA MARIA DIAS RODRIGUES - Não sei também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu já estou bastante satisfeito. Acho que os fatos estão bem claros. A relatoria já tem elementos suficiente para emitir um parecer, um relatório para a Comissão, ao final dos seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Perfeito.

A Presidência quer agradecer à Sra. Ana Maria Dias Rodrigues.

Não tendo mais nenhum orador inscrito e também não tendo número regimental para votar os requerimentos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu queria só... Nós já estamos caminhando para o final da CPI — o prazo final da CPI é o dia 6 de junho. Eu estou apresentando à tarde o calendário de audiências e de ações da CPI até o dia 30 de maio. Eu espero que, do dia 30 ao dia 6, possamos ler o relatório e decidir sobre ele.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá, na audiência passada, sugeriu a prorrogação dos trabalhos. Eu ponderei ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que gentilmente aceitou a ponderação, que possamos fazer todas as diligências e, se houver necessidade de prorrogação só para ler e debater o relatório, prorrogaremos. O que eu quero pedir agora é que os Sub-Relatores nos mandem as suas sugestões, para submetermos à Consultoria aquelas sugestões que possam ser objeto de projeto de lei.

Hoje à tarde, vou selecionar todos os projetos em tramitação na Casa que eu considero que a CPI pode reforçar, pela sua importância. E, para que não haja coincidência de sugestões ou de projetos de leis de matérias que já estão tramitando, eu faço um apelo aos Sub-Relatores, para que nos mandem imediatamente as sugestões que, na avaliação deles, podem ser traduzidas em iniciativa legislativa, para podermos avançar no relatório.



O nosso relatório tem 4 partes: a parte escrita, em que a Consultoria está trabalhando, dividida em 2 etapas — as visitas nos Estados e as audiências realizadas aqui; as sugestões, que vão ser recomendações e projetos de leis; o arquivo fotográfico, que já está pronto, com a grande contribuição do fotógrafo Luís, que tem sido um grande colaborador; e a parte de um VT. Já houve aqui uma apresentação na audiência passada. Dez minutos já estão prontos. A repercussão foi muito boa, muito grande. E nós esperamos que a Fátima de Souza, que o nosso jornalista Paulo Roberto, junto com o Luís, selecionemos as imagens e as fotografias para um VT, para acompanhar o relatório final.

Portanto, eu faço um apelo aos Sub-Relatores, para que nos mandem essas sugestões. Hoje, às 5 horas da tarde, temos uma reunião com a Consultoria, para avançarmos na conclusão dos trabalhos da CPI.

Eu agradeço também à Sra. Ana Dias pela sinceridade, pela simplicidade, pela coragem de ter falado aqui aquilo que já foi dito em outras oportunidades. Porque nós sabemos que não é fácil fazer declarações que contradizem uma magistrada. Portanto, queremos agradecer a V.Sa. Seu depoimento ajudou muito a esclarecer a verdade desse lamentável episódio que ocorreu lá no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - A Presidência quer agradecer também à Sra. Ana Maria. A senhora fica dispensada.

Temos a informação de que já temos número para serem votados os requerimentos. Então, antes de encerrar, vamos dar prosseguimento à apreciação dos requerimentos em pauta.

Também comunico às Sras. e aos Srs. Deputados que, nos próximos dias 7 e 8 de maio, esta CPI estará no Estado do Rio de Janeiro para visitar o Complexo de Bangu. Então, desde já, estão todos os Parlamentares convidados.

Em discussão o Requerimento nº 195/08, do Sr. Domingos Dutra, que requer seja convocado para prestar esclarecimentos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu retiro de pauta o requerimento, porque não há mais necessidade, já que o Sr. Antenorgênio já prestou depoimento e a Sra. Ana Dias e o Sr. Graciliano confirmaram esse fato de ele ter estado com a Juíza no dia 13.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Fica retirado de pauta, a pedido do autor.

Em discussão o Requerimento nº 196/08, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que requer, nos termos regimentais, seja convidado para prestar esclarecimentos o Sr. José Antonio de Noronha, ex-Diretor do CDP, Centro de Detenção Provisória de Osasco, São Paulo.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, é o diretor que estava à frente da unidade quando houve uma rebelião. E nós temos a informação de que esse é um dos diretores que está na lista negra da criminalidade. Já foi morto o Diretor do CDP de Mauá, e nós queremos que, se esse diretor confirmar essa situação, que a CPI lhe dê garantia de vida, até porque ele corre risco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Discussão do Requerimento nº 197/08, do Sr. Domingos Dutra, que requer, nos termos regimentais, seja realizada diligência a instituições prisionais no Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, na verdade, nós já estivemos em Mato Grosso do Sul, e foi um dos Estados onde a Comissão constatou uma das maiores violências, que foi a existência de presos dormindo com porcos. Mas, depois da passagem da CPI, tem havido uma série de ações que eu estou considerando serem uma represália aos trabalhos da Comissão. Naquela visita nossa, 5 presos do semi-aberto, aliás, do regime aberto prestaram depoimento, em sessão reservada, a respeito de torturas e outras irregularidade. E depois que a Comissão saiu, a polícia já invadiu 2 vezes aquele estabelecimento, vários presos tiveram o seu regime quebrado por flagrantes — segundo eles, flagrantes forjados.



Eu acho que, para que a CPI não passe a idéia de que aqueles que colaboram com a CPI acabam sofrendo repressão, no sentido contrário ao objetivo da Comissão, eu considero que a Comissão deve voltar ali. Porque, ao longo desse trabalho, nós desistimos de ouvir presos fora da cela justamente pela repressão posterior. E nos poucos casos em que nós tiramos os presos das celas, que os ouvimos de forma reservada, depois houve reações negativas por parte do sistema prisional.

Além do mais, já tem um requerimento aprovado anteriormente para visitarmos o Município de Dourados, em que há denúncia da presença de mais ou menos 120 índios presos. E nós achamos que a população indígena, de estrangeiros e de mulheres é uma população diferenciada. E na medida em que há um pleito para se visitar um presídio em que há índios presos, acho que a Comissão deveria ir, em função da diferença que é ter essa quantidade de índios presos ali naquele Estado.

Portanto, acho que se juntam todos esses fatos para que possamos voltar a Mato Grosso do Sul, de tal forma que possamos verificar se as denúncias que são feitas são verdadeiras. Porque, se forem verdadeiras, nós temos que tomar medidas, porque é uma tentativa de obstruir o trabalho da Comissão.

Naquele Estado, o Secretário fez de tudo para não visitarmos essa colônia agrícola, fez todas as manobras possíveis. Nós fomos e descobrimos lá uma tragédia. Portanto, eu espero que a Comissão aprove esse requerimento para voltarmos a Mato Grosso do Sul. Se a Comissão, no seu conjunto, não tiver disponibilidade, nós temos o Deputado Valtenir, que é de Mato Grosso, que esteve conosco, nós temos outros Deputados ali próximos da região que podem acompanhar a Comissão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria sugerir ao Sr. Relator que quando fosse realizada essa audiência, que fosse sem prévio aviso, senão, não vai haver nenhum objetivo a ser alcançado. Talvez a idéia do Relator seja mais próxima ainda: o Deputado Valtenir, que é de lá, ou algum Deputado da região, podia se deslocar sem avisar previamente e constatar essas situações alegadas pelo Relator.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - A matéria continua em discussão.

Encerrada a discussão.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Terceiro e último: Requerimento nº 198/08, do Sr. Domingos Dutra, que requer seja convocada para prestar esclarecimentos em audiência pública a Sra. Rosane Aparecida dos Santos, mãe do detento Tiago Alves de Carvalho, nos termos que menciona.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, nós estivemos em São Paulo 9 e 10. No dia 11, houve uma rebelião lá no Centro de Detenção Provisória de Ribeirão Preto. As informações que se tem são de que o centro foi praticamente destruído. E, a partir de então, nem familiares de presos nem a OAB tiveram mais acesso aos presos. Eu falei, na semana anterior, com o Secretário responsável pelo sistema prisional de São Paulo. Ele informou que não havia condições de dar acesso à OAB e aos familiares porque não havia segurança. Eu pedi a ele que encontrasse uma forma de levar informações para os presos e a OAB. Três advogados, representando a Comissão de Direitos Humanos da OAB de Ribeirão Preto, também passaram um *e-mail*. Eu fiz pronunciamentos, mas de ontem para cá, alguns familiares de presos têm ligado e relatado que a situação continua a mesma. Ela ficou de vir, mas não teve condição de pagar a passagem. Eu também não encontrei meios de garantir a passagem dessa senhora.

O que eu queria sugerir era que o requerimento fosse aprovado, ficasse para a próxima semana. Mas eu pediria ao Deputado Ayrton... Arnaldo Faria de Sá, ao Deputado Jorginho Maluly, ao Deputado William Woo, que são de São Paulo, e mais o Deputado — ajudem-me, que é de São Paulo, lá da região de Presidente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Talmir.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Talmir. São 4 Deputados de São Paulo. Eu acho que não há necessidade de sairmos daqui para ir lá. Se os 4 Deputados de São Paulo pudessem visitar lá, em Ribeirão Preto, o Centro de Detenção Provisória, olhar essa situação, fazer uma mediação desse conflito, seria



prudente. É um trabalho da Comissão, e não demandaria custo nenhum de outros Deputados que não são de lá. Eu gostaria muito de ir. E gostaria de dizer aos 4 companheiros de São Paulo que essas famílias me ligam insistentemente, fazendo um apelo dramático, querendo uma solução. E essa senhora Rosana é a que mais tem ligado. Mas também tem ligado a Pastoral Carcerária, tem ligado a OAB.

Então, a sugestão que eu faço é que os 4 Deputados, se pudessem, em nome da Comissão, visitar o Centro de Detenção Provisória de Ribeirão, façam as mediações necessárias e um pequeno relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - A matéria está em discussão.

Com a palavra o Deputado Jorginho Maluly.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Sr. Presidente, nobre e querido amigo Deputado Bruno Rodrigues; nobre Relator, Domingos; nobre Líder Arnaldo, nosso companheiro de Estado, senhoras e senhores, esse requerimento, pelo que entendi, é para trazer um familiar de um sentenciado. É isso, Presidente? Entendo que esse requerimento não devia ser votado hoje. Estamos aqui com 2 Deputados, às minhas costas não tem ninguém, 2 Deputados...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas temos *quorum*, temos *quorum* regimental.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Mas acho que deveria, na minha opinião, já que está pedindo para que os Deputados de São Paulo tomem uma postura, pelo menos da minha parte, proponho-me a procurar o Secretário, junto com o Arnaldo, se quiser ir conosco, tenho um bom relacionamento com o Dr. Lourival Gomes, que é o coordenador dos presídios do interior de São Paulo, para ouvir uma postura dele. Se não houver nenhum avanço, de hoje para amanhã — hoje mesmo tento falar com ele —, votaríamos esse requerimento numa próxima reunião.

Então, minha sugestão é que deixe em aberto esse requerimento, mais um ou 2 dias, e hoje ainda, Presidente, entraremos em contato com a Secretaria, para ver se dá uma posição para o nobre Relator concreta, clara, objetiva da situação. E se não houver nenhum, se quiser que vá lá, vamos lá. Da minha parte, não ponho nenhum obstáculo a ir, não, Sr. Presidente. É isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Olha, eu queria apoiar a sugestão do Deputado Jorginho Maluly no sentido de aguardar esse contato do Dr. Lourival. E se o requerimento for votado, inclusive, queria fazer uma adição. Acho que o diretor do CDP deveria ser convocado, até porque ele também foi afastado, da mesma forma do CDP de Osasco.

Então, acho que a idéia do Deputado Jorginho Maluly é prudente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, o que nós queremos é uma solução para o problema. Eu acato a sugestão do Deputado Jorge e sugeriria que, além do contato com o Secretário — a informação que temos é de que é uma pessoa muito correta, muito séria, mas muito dura nessa questão —, não se eliminasse a possibilidade de uma visita ao local. Porque aí se teria uma dimensão não apenas dessa reclamação dessa senhora, que, segundo ela, o filho dela foi sentenciado, está com duas costelas quebradas, morreram 3 presos. O Secretário me confirmou que um estava morto quando controlaram a rebelião, um segundo morreu no hospital, mas há notícia de um outro falecimento.

Então, é importante que, além do contato com o Secretário, que se pudesse ir ao local saber a situação de presos que estão lá condenados, que continuam no local de preso provisório, feridos, e se abrisse uma mediação, de tal forma que os parentes pudessem ter contato com seus familiares.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Jorginho, quem está mais perto de Ribeirão, V.Exa. ou Talmir?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Acho que sou eu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, acho que V.Exa. deveria fazer uma visita ao local.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Eu vou, não há problema nenhum.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A melhor solução é essa.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Já estou entrando em contato com o Secretário, já passei o telefone do gabinete para a assessoria, nobre Relator. Se o Dr. Lourival atender, já conversamos aqui e marcamos até essa data para ir lá.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu passo o telefone da senhora, passo o telefone dos advogados, o Deputado Jorge faz o contato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Perfeito. Então, fica definido que o Deputado Jorginho Maluly...

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Seria de bom alvitre, como o Deputado William Woo é um Deputado que tem bastante atuação política na região de Ribeirão Preto, é um policial, é do Governo do Estado de São Paulo, a presença dele seria importante. Acho que ele está fora, por causa do Japão, senão vamos sem ele mesmo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Acho que a delegação tem que ser o Deputado Jorginho Maluly. Delegado, por determinação da CPI já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Perfeito. Então, fica delegado o Deputado Jorginho Maluly para fazer a visita. E a Comissão irá providenciar todo o aparato, inclusive da Polícia Federal. E aguardamos também o contato com o Secretário para que possamos votar esse requerimento posteriormente.

Então, fica retirado de pauta o Requerimento nº 198.

Declaro encerrada a presente reunião.